
Sindicalismo e política internacional: O caso da CGTP¹

*Hermes Augusto Costa**

1. Introdução

Os estudos sobre o movimento sindical numa perspectiva supranacional não despertaram até hoje o mesmo interesse dos estudos que deram conta de reflexões e acções sindicais realizadas no interior das fronteiras dos Estados nacionais. Muito embora as ambições de emancipação e de solidariedade operária internacional permaneçam bem presentes nos discursos das organizações sindicais não só internacionais como nacionais, na prática foi o capital e não o trabalho que se internacionalizou com êxito. Partindo desta constatação mais ou menos óbvia, numa primeira parte da comunicação recupero alguns dos obstáculos (passados e presentes) à afirmação transnacional do sindicalismo. Por sua vez, na segunda parte da comunicação, deter-me-ei sobre o lugar reservado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) a uma política de relações internacionais (PRI), procurando caracterizar as fases dessa PRI, retirar delas algumas ilações e enunciar alguns desafios que elas sugerem.

2. Obstáculos passados e presentes a uma política sindical internacional

Ainda que originariamente o movimento operário tenha sido concebido como internacional em estrutura e como internacionalista em objectivo (Waterman, 1998: 17; Hobsbawm, 1988: 10) e ainda que a “retórica do internacionalismo” tenha constituído sempre uma parte integrante da narrativa sindical (MacShane, 2004: viii), o que é facto é que não só o proletariado foi incapaz de libertar a classe operária da opressão capitalista, como as suas pretensões de homogeneização não se concretizaram, não obstante o sindicalismo ter-se confirmado como principal força organizacional da classe operária. Além disso, constatou-se ainda que o internacionalismo sindical tradicional do século XIX (e, afinal, também o do século XX) negou as suas ambições internacionalistas ao vincular-se excessivamente aos espaços nacionais (Waterman, 1998: 20; 26; 51).

Por seu lado, a vida relativamente curta da Internacionais Operárias foi também reveladora das dificuldades enfrentadas pelo movimento operário. Se a *Primeira Internacional* (1864) foi atravessada por enormes divergências internas entre marxistas, proudhonistas e bakuninistas (Holthoon e Linden, 1988: vii), na *Segunda Internacional* (1889) imperou o fervor colectivo e na *Terceira Internacional* (1919) o dogma partidário (Nash, 1998: 1).

As confederações sindicais mundiais constituídas na segunda metade do século XX – Federação Sindical Mundial (FSM), Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e Confederação Mundial do Trabalho (CMT) –, apesar de portadoras de distintas orientações ideológicas, viriam, porém, também elas, a apresentar características comuns: distanciamento entre lideranças e bases sindicais; persistência das influências decorrentes do contexto de Guerra Fria; tendência para a reprodução da estrutura e comportamento do Estado-nação e das agências inter-estatais; demasiada dependência dos princípios de um sindicalismo sediado no “Norte”; inspiração nas estratégias e ideologias europeias e norte-americanas vindas do século XIX e da primeira metade do século XX, i.e., social-democracia, comunismo, sindicalismo de negócios e cristianismo social; redução da complexa realidade da população trabalhadora mundial ao modelo do trabalhador sindicalizado e masculino; etc. (Waterman, 1998: 112-113; 2002: 34-40).

¹ Esta comunicação enquadra-se numa ampla investigação do autor sobre a transnacionalização dos discursos e das práticas das duas principais centrais sindicais de Portugal e do Brasil (respectivamente a CGTP e a CUT), realizada no âmbito da sua tese de doutoramento em sociologia (Costa, 2005).

*Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

De par com estas limitações associadas ao funcionamento das principais organizações sindicais internacionais, podem ainda enunciar-se mais obstáculos ao sindicalismo internacional e à concepção e aplicação de políticas internacionais por parte das organizações sindicais nacionais: a) a grande prioridade concedida às políticas de âmbito nacional, tendo em conta que é no plano nacional que regimes jurídicos, salários e condições de trabalho são definidos; b) a diminuta reflexão teórica a respeito do sindicalismo transnacional, explicada em parte pelo reduzido número de “trocas” sindicais internacionais; c) a escassez de recursos financeiros que suportem as iniciativas de cooperação internacional; d) a insuficiente valorização da solidariedade operária entre organizações de diferentes partes do mundo em detrimento da (por vezes excessiva) ênfase colocada em visões sindicais opostas entre o sindicalismo do Norte e o sindicalismo do Sul; e) o frequente recurso por parte das multinacionais a mecanismos de exploração sobre a classe trabalhadora; etc. (Santos e Costa, 2004: 19-21). Enfim, e como corolário de muitos dos pontos anteriores, a observância de identidades laborais difusas (Costa, 2000: 174) tornou problemática a construção de uma identidade sindical transnacional entre trabalhadores (Waddington, Hoffman e Lind, 1997: 485).

No trabalho de campo que realizei ao longo dos últimos quatro anos em Portugal e no Brasil, alguns dos obstáculos acima mencionados à constituição e/ou ao reforço de uma PRI foram-me sendo relatados quer por sindicalistas portugueses e brasileiros no activo, quer por ex-sindicalistas dos dois países. No caso da CGTP, mesmo quando solicitei a muitos dos seus sindicalistas que definissem e indicassem aquelas que consideravam serem as características distintivas de uma PRI constatei que acabavam por identificar também obstáculos implícitos ao seu exercício. Em concreto, a regularidade das acções de âmbito internacional, a solidariedade enquanto valor permanentemente subjacente a tais acções, assim como os apoios financeiros para concretização e consolidação das acções transnacionais foram três linhas de força muito enfatizadas que, por si só, dizem bem das dificuldades de afirmação com que se debate a PRI de uma organização sindical nacional. Afinal, nem sempre se planeiam e realizam acções transnacionais com a devida regularidade, nem sempre a solidariedade se impõe como princípio de ética política, tanto mais que “quanto mais necessária é a solidariedade mais difícil é o seu exercício” (Santos, 2001: 94), e sobretudo nem sempre há condições financeiras disponíveis para exercitar uma PRI.

Nas seguintes afirmações, é possível, de resto, constatar o reduzido espaço reservado à PRI por parte da CGTP, sobretudo quando comparado com o âmbito predominantemente nacional de intervenção da central:

“Perante o deficiente conhecimento do que é o movimento sindical internacional, numa escala de 1 a 10 eu não lhe atribuiria mais do que 2, mas mais a pender para o 1 do que para o 2” (secretário internacional da CGTP, entrevista, Março de 2001, Lisboa, Sede da CGTP)

“À CGTP-IN compete, em primeiro lugar, a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores de Portugal, razão de ser da sua própria existência. Daí resulta que o fundamental da sua acção se desenvolva no quadro nacional, ancorada num esforço permanente nos locais de trabalho, lutando para que esses objectivos sejam uma realidade” (CGTP, 2003b)

3. A PRI da CGTP: Fases, ilações e desafios

Apesar dos responsáveis da CGTP que entrevistei reconhecerem o lugar modesto ocupado pela PRI na estrutura da central e apesar das dificuldades que os mesmos manifestaram em identificar ao longo do tempo as fases de uma PRI, considero que é possível fazer o elenco dessas fases. Proponho uma estruturação da PRI da CGTP assente em três fases: a *primeira fase* (1970-1989), situada entre a clandestinidade, a construção de democracia e a bipolarização ideológica inerente a um clima de “Guerra Fria”, caracterizou-se pela afirmação e consolidação de uma consciência de classe socialista apoiada em discursos de forte recorte ideológico; a *segunda fase* (1989-1995), situada entre a queda do Bloco de Leste e a filiação sindical transnacional, pautou-se por um repensar algo forçado da linha de rumo da PRI, em parte com

resultado dos riscos de isolamento a que ficaram sujeitas muitas organizações sindicais comunistas em toda a Europa; e a *terceira fase* (de 1995 até ao presente), caracterizada quer por um *novo* relacionamento orgânico com o movimento sindical transnacional (entenda-se sobretudo com o movimento sindical europeu, por via da filiação na Confederação Europeia de Sindicatos, CES), quer pela conservação de um *velho* posicionamento de classe, traduzido na recuperação de bandeiras de luta antigas e no reforço da acção reivindicativa enquanto vector essencial da actuação dos sindicatos.

Na primeira fase (1970-1989), o surgimento de uma PRI foi atravessado por um período de clandestinidade (ou, se quisermos, por uma afirmação “secreta” da CGTP até 1974), pela instauração da democracia e por um cenário político internacional de bipolarização ideológica. Esta foi uma fase preparatória e ainda pouco estruturada da PRI, não obstante desde os primeiros anos de vida da CGTP já se aludisse a uma “política activa de unidade de acção e solidariedade entre todos os trabalhadores e os seus sindicatos à escala internacional” (CGTP, 1977: 42). Em termos genéricos, tratou-se de uma fase de: afirmação e consolidação nacional da CGTP; desenvolvimento de uma consciência de classe socialista; apelo a uma solidariedade internacionalista entre trabalhadores, assente na rejeição de todas as formas de imperialismo, fascismo, colonialismo, neocolonialismo, racismo; alinhamento ideológico com o sindicalismo dos países de Leste e com a FSM; disputa da CGTP por parte das grandes organizações sindicais internacionais; forte sentimento nacionalista, assente na salvaguarda da independência nacional, num “amor revolucionário à pátria” (CGTP, 1977: 39) e na rejeição de todo o tipo de actos de ingerência externa; luta contra a guerra e as armas nucleares; e ainda das primeiras leituras críticas à CEE, nomeadamente aos meios financeiros dela provenientes, aos interesses capitalistas e às políticas de actuação dos monopólios e das multinacionais a ela associadas.

A segunda fase da PRI da CGTP (1989-1995) ocorreu num contexto mundial de “derrube das ideologias” que obrigou a “repensar” as práticas sindicais da central (tradicionalmente sintonizadas com esse Bloco político-ideológico) e a equacionar a relação com outros destinos e actores. No entanto, apesar de a CGTP reconhecer a fraqueza do modelo social de Leste, não deixou de o elogiar e de o considerar como o único capaz de sustentar a exploração capitalista geradora de mais desemprego, mais desigualdades, mais pobreza, etc. (CGTP, 1989: 16). Seja como for, no quadro de uma avaliação sempre presente da conjuntura política e económica internacional e de uma melhor estruturação e definição de linhas orientadoras da PRI da CGTP, assente na definição de objectivos e prioridades concretos de acção internacional (luta pela paz; críticas às formas de *dumping* social; defesa dos direitos de emigrantes e imigrantes; luta contra o racismo e xenofobia, etc.), o processo de progressiva construção e integração europeia na CEE/UE passou a receber maior atenção por parte da central sindical. Ainda assim, a integração europeia foi quase sempre olhada de forma bastante crítica, pois temia-se que pusesse em causa o “Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano” tão efusivamente defendido pela CGTP ao longo desta fase bem como para além dela (CGTP, 1993; 1996; 1999; 2003d).

Mas esta foi também uma fase que, aos poucos, foi contribuindo para precipitar a definição de um novo relacionamento orgânico da CGTP com o movimento sindical transnacional, a qual iria conduzir (na fase seguinte) à filiação da CGTP na CES. Nesse sentido, na parte final desta segunda fase foi sendo concedida uma maior atenção à CES (no VII Congresso da CGTP, realizado em 1993, essa maior atenção à CES aparecia na sequência do pedido formal de filiação da CGTP na CES formulado em Novembro de 1992), ainda que a CGTP tenha aproveitado justamente esse espaço de maior atenção para, em forma de antecipação a esse convívio orgânico formal com a CES, ir lembrando quais deveriam ser as responsabilidades desta em matéria de combate ao racismo e xenofobia no quadro europeu e em matéria de abertura aos trabalhadores dos países de Leste, de modo a que CES se configurasse como organização mais plural.

A terceira fase iniciou-se com a filiação da CGTP na CES, em 1 de Janeiro de 1995. Essa filiação vinha somar-se à participação que a central já evidenciara no quadro das instâncias comunitárias ainda na primeira fase da PRI da CGTP (no início da segunda metade dos anos 80).

A PRI da CGTP passou a estar mais directamente confrontada quer com as orientações da CES, quer com as grandes questões relativas à evolução institucional da UE. Quanto ao

processo de filiação na CES, o que constatei é que ele abria, *a priori*, algumas possibilidades para a CGTP: passar a ter um melhor conhecimento da CES; dispor de maiores contactos com diferentes concepções de sindicalismo e formas de pensar a UE; granjear um melhor reconhecimento externo por parte do sindicalismo europeu das potencialidades e representatividade da CGTP; ter acrescida capacidade para influenciar as políticas da CES e a sua lógica organizativa interna; levar para a CES o “espírito” mobilizador da CGTP, etc.

No entanto, estar *na* Europa não implicou estar *com* a Europa, uma vez que a CGTP não abdicou da sua postura tradicionalmente crítica quer para com a CES, quer para com os caminhos da UE, ainda que, a espaços, pareça existir alguma suavização dessa posição (por exemplo, abordar o tópico da “negociação europeia” poderá constituir um sinal nesse sentido, ainda que a forma de o fazer seja sempre através do reforço da componente reivindicativa típica da CGTP e não da assunção de uma postura institucionalista). Como tal, a posição crítica face aos caminhos da UE tem sido uma constante ao longo dos vários congressos da central e ao longo das fases da sua PRI. Desde 1999, com a entrada em vigor da 3ª fase da União Económica e Monetária (UEM), foram postas em evidência algumas das dificuldades do processo de integração europeia: incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento; crescimento de uma política monetarista; predomínio de teses neoliberais nos vários centros de decisão (CGTP, 2004a: 7). Afinal, “desde o V Congresso que a CGTP-IN definiu o processo de integração europeia como correspondendo à fase actual do desenvolvimento do sistema capitalista, na Europa tendo como elementos centrais a livre circulação de capitais e a liberalização e desregulamentação, como factores de concentração e centralização capitalista a favor das grandes potencias no quadro da sua competição com os EUA e o Japão” (CGTP, 2004b: 1).

Mas esta terceira fase da PRI da CGTP confirmou também uma forte preocupação com a defesa de uma solidariedade internacional respeitadora da soberania dos povos, em nome da defesa do socialismo e dos seus valores e contra a globalização neoliberal e as empresas transnacionais (ETNs) que enfraquecem cada vez mais o papel do Estado nas sociedades contemporâneas. Na linha das fases anteriores, nesta fase tem-se igualmente intensificado um discurso e uma prática contra a guerra e em prol da paz, objectivos que, em simultâneo, têm aberto caminho a uma crescente cooperação, ainda que a meu ver tímida, entre a CGTP e outras organizações sociais não sindicais com objectivos convergentes. Com efeito, a relação capital-trabalho como eixo da luta de classes continua a ser assumida como referência-chave de actuação da CGTP. Assim, ao mesmo tempo que busca manter um esforço de intervenção de toda a estrutura da CGTP na vida regular da CES, a CGTP não deixa de ter presente que é indispensável dotar essa mesma estrutura de um maior conhecimento sobre as evoluções do movimento sindical internacional e sobre o papel histórico da classe operária nesse movimento.

Que ilações e desafios se podem então retirar desta sistematização das fases da PRI da CGTP?

Uma primeira ilação é que, não obstante o amadurecimento crescente da PRI, o lugar desta no conjunto das políticas da central é ainda muito restrito. Para as vozes mais críticas no interior da central, o comprometimento com a *acção* sobre os assuntos nacionais vai por vezes de par com um certo descomprometimento com a *reflexão* sobre os assuntos internacionais, como se a *presença* da primeira pudesse servir de compensação para essa suposta *ausência* da segunda. Porém, no ano de 2003 a CGTP realizou Plenários descentralizados visando discutir as “relações internacionais” junto das bases, dos activistas, dos delegados nas empresas, etc., os quais ainda apresentam um défice de conhecimento sobre essas temáticas. Assim, tal como as discussões, reuniões e debates em redor do Código do Trabalho constituíram um bom exemplo de democracia sindical accionado pela CGTP, também a concretização dos muitas vezes prometidos debates em redor da acção sindical internacional constituirão um salutar exercício de reflexividade no quadro da PRI.

Tal partilha dos assuntos internacionais por toda a estrutura da central encerra, a meu ver, o desafio da aproximação entre a “ânsia de fazer participar”, que existe por toda a estrutura da CGTP, e a “capacidade de fazer participar”, a qual é mais difícil de encontrar e principalmente de concretizar nos tempos que correm (Garrido, 2004: 3). A articulação (de resto já existente no seio da CGTP) entre políticas de intervenção sindical, como por exemplo entre os departamentos internacional e de formação sindical, constitui um caminho seguro para

fortalecer a *reflexão interna* e delinear caminhos para a *acção externa*. A formação sindical pode, assim, ser vista como um mecanismo útil para levar a dimensão internacional a todas as instâncias da central.

Uma segunda ilação que emerge da exposição das fases da PRI da CGTP e que está um pouco presente em todas elas torna plausível rotular, genericamente, a PRI da central como PRI de *internacionalismo sindical nacional/soberano*. Aliás, a PRI da CGTP é o resultado da transposição de um conjunto de princípios defendidos à escala nacional – sindicalismo “independente, democrático, unitário, de massas e de classe” (Silva, 2004: 1) – para a escala transnacional, o que pode ser visto como um sinal de forte coerência e consistência entre patamares de intervenção. Em todo o caso, ainda que a central sindical já não se encontre na fase do “amor revolucionário à pátria” (a que acima fiz referência), continua a ser decisiva a preocupação em salvaguardar os interesses nacionais em detrimento dos transnacionais. Testemunho disso foram, por exemplo, quer a posição assumida pela CGTP no último congresso da CES (Maio de 2003) – onde se congratulou com o facto de ela própria ter contribuído para que expressões como “federalismo equilibrado”, “Constituição Europeia”, “negociação colectiva transnacional” e “sindicato europeu” não constassem dos documentos finais da CES aprovados em Congresso (CGTP, 2003a: 2) –, quer a posição assumida face ao processo de revisão dos Tratados da União Europeia saídos da Convenção Europeia. Segundo a CGTP, uma das contradições do referido processo prende-se com o facto de “o Tratado prevalecer sobre as Constituições nacionais, pelo que os Estados deixariam de dispor de soberania constitucional (artigo 10º)” (CGTP, 2004b: 1)².

Perante a crítica ao processo de construção europeia e sua evolução institucional, que vai claramente ao encontro de um internacionalismo sindical nacional, uma maior valorização das *opções* transnacionais (nomeadamente europeias) em detrimento do excessivo apego às *raízes* nacionais (ainda muito apoiadas na defesa da soberania nacional) é o desafio com que a CGTP e a sua PRI vai ter inevitavelmente de confrontar-se no futuro. Não se trata de um desafio fácil, pois apesar de a terceira fase da PRI da CGTP ter significado uma maior europeização da CGTP (sobretudo em resultado da sua intervenção no quadro da CES), esta continua muito longe de se assumir como europeísta.

A terceira ilação prende-se com o facto de o “sindicalismo de movimento social”, ocupar ainda um “não lugar” na PRI da CGTP. Ainda que timidamente esboçado na actual fase da PRI da CGTP (sobretudo nos anos mais recentes), a abertura do sindicalismo a outras organizações da sociedade civil constitui, a meu ver, um terceiro desafio colocado à CGTP e à sua PRI. A este respeito, é o próprio líder da CGTP que vem reconhecendo a necessidade de estimular solidariedades de múltiplas formas entre os sindicatos e outros movimentos sociais “em função das metas de desenvolvimento societal” para as classes trabalhadoras como para os próprios “indivíduos-trabalhadores individualmente considerados ou analisados «fora do trabalho»” (Silva, 2002: 22). A participação da CGTP em iniciativas internacionais neste domínio (como sejam as várias edições do Fórum Social Mundial e Europeu, entre outras), no quadro do chamado “movimento de movimentos” de contestação à globalização neoliberal (CGTP, 2003c: 43), constituem um bom pretexto para a edificação do que poderia designar-se por internacionalismo sindical solidário. O envolvimento mais profundo da CGTP neste tipo de sindicalismo pressuporá, no entanto, a superação das resistências que ainda existem de parte do movimento sindical (não só do movimento sindical identificado com a CGTP) em relacionar-se com outras organizações que nem sempre vêm no “trabalho” o vector central de transformação das sociedades.

Pegando nas palavras de Carvalho da Silva, diria que aqui o desafio consiste em “agir contra a corrente” (Silva, 2002) internamente, i.e., saber encontrar no seio do movimento sindical as pontes e os pontos de contacto necessários com a sociedade civil não organizada em sindicatos. Neste caso, as lições e experiências transnacionais colhidas em Porto Alegre e Mumbai são um bom estímulo para a construção de plataformas ou projectos de entendimento do mesmo tipo à escala nacional. Afinal, um fortalecimento quer da reflexividade quer da acção

² Ainda sobre a posição da CGTP relativamente à proposta de revisão dos Tratados saídos da Convenção Europeia, cf. CGTP (2003b).

em redor da PRI da CGTP terá de passar um por um alargamento dos campos de intervenção da central e, conseqüentemente, por uma diversificação dos temas e actores sociais com quem promover esse relacionamento transclassista.

4. Conclusão

A CGTP testemunha bem a necessidade que muitos sindicatos hoje sentem de que é mais urgente exercitar as práticas (*acção*) do que as teorias (*reflexividade*). Nesse sentido, como estratégia futura seria curial colocar a *dinâmica* que decorre dessa acção ao serviço da *estática* que muitas vezes tem caracterizado PRI da central. Isso não invalida, porém, que se promova uma relação mais equilibrada entre ambas. Afinal, a criação de um auxílio recíproco entre reflexividade e acção poderá também ajudar a superar alguns dos constrangimentos que ainda se abatem sobre a PRI de muitas organizações sindicais nacionais.

Referências bibliográficas

- CGTP (1977), *Programa de acção aprovado pelo Congresso de Todos os Sindicatos* (27 a 30 de Janeiro de 1977). Lisboa: Edições Alavanca, nº 1.
- CGTP (1989), *Plataforma para a acção Sindical (1989-1992)*. VI Congresso. Lisboa: CGTP.
- CGTP (1993), *Programa de acção*. VII Congresso. Lisboa: CGTP.
- CGTP (1996), *Programa de acção*. VIII Congresso. Lisboa: CGTP.
- CGTP (1999), *Programa de acção e resoluções*. IX Congresso. Lisboa: CGTP.
- CGTP (2003a), *Relatório da delegação ao X Congresso da CES*. Lisboa: CGTP, 1-5.
- CGTP (2003b), *Posição da CGTP-IN face à proposta de revisão dos Tratados saídos da Convenção Europeia*. Lisboa: CGTP.
- CGTP (2003c), *X Congresso da CGTP-IN. Proposta de alteração ao programa de acção*. Lisboa: CGTP, 1-64.
- CGTP (2003d), *Propostas de alteração aos estatutos*. X Congresso. Lisboa: CGTP, 1-30.
- CGTP (2004a), *Relatório de actividades*. X Congresso. Lisboa: CGTP.
- CGTP (2004b), “A União Europeia”, in CGTP, *Programa de acção* (http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/documentos/prog_accção), 1-4, acedido em 31.03.2004.
- COSTA, Hermes Augusto (2000), “Identidades sindicais europeias em tempos de globalização”, *Tempo Social*, 12 (1), 165-186.
- COSTA, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo global ou metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. (Tese de Doutoramento em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia, 854 pp.
- GARRIDO, Ulisses (2004), “Desafio do sindicalismo”, *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), 58, 1; 3.
- HOBBSAWM, E. J. (1988), “Working-class internationalism”, in F. v. Holthoon e M. v. d. Linden (orgs.), *Internationalism on the labour movement 1830-1940* (Volume 1). Leiden: E.J. Brill, 3-16.
- HOLTHOON, Frits van; LINDEN, Marcel van der (1988), “Introduction”, in F. v. Holthoon e M. v. d. Linden (orgs.), *Internationalism on the labour movement 1830-1940* (Volume 1). Leiden: E.J. Brill, vii-xiii.
- MACSHANE, Denis (2004), “Foreword”, in R. Munck (org.), *Labour and globalisation: results and prospects*. Liverpool: Liverpool University Press, viii-xi.

- NASH, Bradley Jr. (1998), “Globalizing solidarity: praxis and the international labor movement”, *Journal of World-Systems Research* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4 (1), 1-3, acedido em 30.09.1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), *A cor do tempo quando foge. Crónicas, 1985-2000*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Costa, Hermes Augusto (2004), “Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário”, in B. S. Santos (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 17-61.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a corrente: reflexões de um sindicalista*. Porto: Campo das Letras.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2004), “Intervenção de abertura do X Congresso”, (<http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/intervencoes/abertura-mcs.htm>), 1-9, acedido em 18.03.2004.
- WADDINGTON, Jeremy; HOFFMANN, Reiner; LIND, Jens (1997), “European trade unionism in transition? A review of issues”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 3 (3), 464-497.
- WATERMAN, Peter (1998), *Globalization, social movements & the new internationalisms*. Londres: Mansell.
- WATERMAN, Peter (2002), “Internacionalismo sindical na era de Seattle”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 33-68.